



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E PISCICULTURA DO BAIXO AMAZONAS

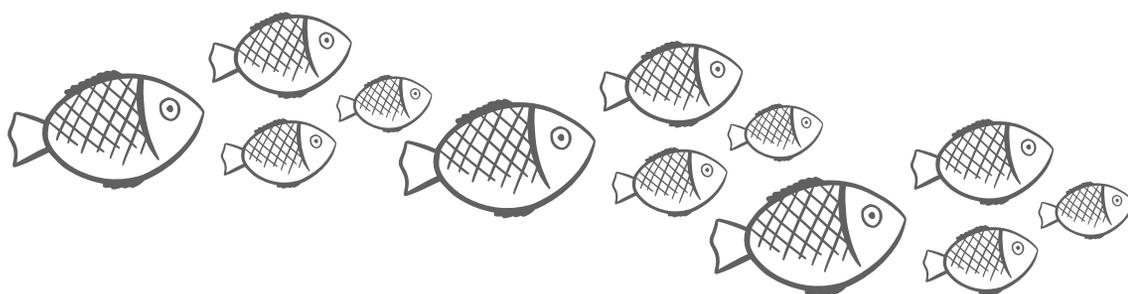
Organização



Apoio

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA PESCA E PISCICULTURA DO BAIXO AMAZONAS

Santarém, PA, agosto de 2019



Organização

Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente - SAPOPEMA

Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil - MPP

Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas - MOPEBAM

Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP

Colônia de Pescadores Z-20

Earth Innovation Institute - EII

Coordenação Geral

Prof^a. Dra. Antônia do Socorro Pena da Gama - UFOPA

Prof^o. Dr. David Gibbs McGrath - EII e UFOPA

MSc. Antônio José Mota Bentes - SAPOPEMA

Apoio

Tinker Foundation Incorporation

Norwegian Agency for International Cooperation - NORAD

Fundo Casa

Redação e Edição

Prof^o. Dr. David Gibbs McGrath

Prof^a. Dra. Antônia do Socorro Pena da Gama

MSc. Poliane Batista da Silva

Revisão de Conteúdo

Prof^o. Dr. David Gibbs McGrath

Prof^a. Dra. Antônia do Socorro Pena da Gama

Revisão Ortográfica e Gramatical

Chica Picanço Consultoria & Comunicação

Projeto Gráfico e Editoração

Alessandra Arantes - Ekletica Design e Publicações

GRUPOS DE TRABALHO TÉCNICO POR EIXO TEMÁTICO

CONSTRUÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UM SISTEMA DE CO-MANEJO PESQUEIRO

SAPOPEMA/UFOPA CAMPUS ORIXIMINÁ (Prof^a. Dra. Priscila Miorando); GERÊNCIA EXECUTIVA DO IBAMA/STM (Raphael Alves Fonseca); SEMMA/STM (João Corrêa Gonçalves); Z-20 (Jucenil Coelho).

SISTEMA PARTICIPATIVO DE MONITORAMENTO REGIONAL (COLETA, BANCO DE DADOS E SIG)

SAPOPEMA (Pauliana Vinhote dos Santos); SEMAP/STM (Bruno Costa); Z-20 (Jucivaldo Pereira); UFOPA/ LAGIS (Prof^o. Dr. Keid Nolan Sousa); EDIFRIGO (José Vicente Ribeiro); MOPEBAM (Ednaldo Rocha); CEPAM/ICMBio (Urbano Lopes); INPA (Dr. Bruce Forsberg).

FORTALECIMENTO DO MANEJO DE PIRARUCU E OUTROS RECURSOS PESQUEIROS

SAPOPEMA (MSc. Antônio José Mota Bentes e Fábio Sarmiento);
UFOPA (Prof^o. Dr. Charles Hanry Farias Junior e Prof^o. Dr. Tony Porto Braga).

CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NO BAIXO AMAZONAS PARAENSE E INFRAESTRUTURA MODERNA PARA UM SETOR PESQUEIRO MODERNIZADO E COMPETITIVO

SAPOPEMA (MSc. Antônio José Mota Bentes e Fábio Sarmiento de Sousa);
IFPA (Roger Pozzer); UFOPA/ICTA (Prof^o. Dr. Charles Hanry Farias Junior, Prof^o. Dr. Tony Porto Braga e Neriane da Hora); UFOPA/ICS (Prof^o. Dr. Luiz Feijão da Silva).

REGULARIZAÇÃO DOS PAE'S DE VÁRZEA E ORDENAR A ESTRUTURA FUNDIÁRIA DE VÁRZEA

UFOPA (Prof^a. Dra. Antônia do Socorro Pena da Gama); SAPOPEMA (Prof^o. Me. Antônio José Mota Bentes);
UFPA (Dr. José Heder Benatti); CPP (Valdeci Oliveira).

INDÚSTRIA DA PESCA E A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA SUSTENTÁVEL

SAPOPEMA (MSc. Wandicleia Lopes de Sousa); EDIFRIGO (José Vicente Ribeiro).

INCENTIVOS ECONÔMICOS PARA A PESCA SUSTENTÁVEL, SEGURO DEFESO, PRONAF E OUTROS

MOPEBAM/Z-28 (Luiz Vinhote Ferreira); EII (Prof^o. Dr. David Gibbs McGrath); EDIFRIGO (José Vicente Ribeiro).

PISCICULTURA INTEGRADA COM PESCA MANEJADA: ORDENAR E DESENVOLVER O POTENCIAL SUSTENTÁVEL DA PISCICULTURA DA VÁRZEA

UFOPA (Prof^o. Dr. Diego Maia Zacardi e Gyna Valle); EMATER (Soyan Moura e Ubiratan de Bina);
SEDAP (Lauriano Neto da Silva e Zacarias Oliveira); SEMAP/STM (Paulo César Colares Canto);
SAPOPEMA (MSc. Antônio José Mota Bentes e MSc. Wandicleia Lopes de Sousa).

LISTA DE SIGLAS

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDRU - Concessão do Direito Real do Uso

CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A

CEPAM - Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica

CEPLAC - Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira

CIPAR - Centro Integrado de Pesca Artesanal

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

EETE-PA - Escolas de Ensino Técnico do Estado do Pará

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFPA - Instituto Federal do Pará

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista

PNAE - Plano Nacional de Alimentação Escolar

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

ONG's - Organizações Não Governamentais

SEMAS - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade

SAP - Secretaria de Aquicultura e Pesca

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDAP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca

SEDEME - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação

SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

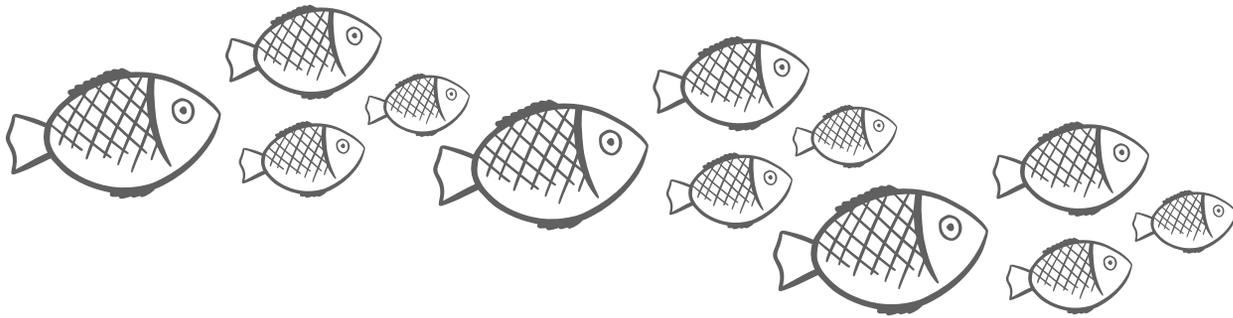
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SIG - Sistema de Informação Georreferenciada

SPU - Secretaria de Patrimônio da União

SUMÁRIO

1.	Apresentação	9
2.	Introdução	10
3.	Objetivo Geral	12
4.	Processo de Construção do Plano	13
5.	O Território do Baixo Amazonas	14
6.	Diagnóstico da Cadeia Produtiva da Pesca e Piscicultura no Baixo Amazonas	15
	6.1 Infraestrutura	15
	6.2 Indústria Pesqueira	16
	6.3 Capacidade de Gestão Ambiental Municipal	16
	6.4 Recuperação dos Ambientes de Várzea	17
7.	A pesca no Baixo Amazonas	18
	7.1 Produção Pesqueira	18
	7.2 Os Dois Sistemas de Pesca do Baixo Amazonas	19
8.	Modelo de Gestão Regional	21



9.	Eixos Estratégicos do Plano	25
	eixo 1. Política de Co-manejo Pesqueiro	26
	eixo 2. Cadeia Produtiva do Pescado	28
	eixo 3. Cadeia Produtiva do Pirarucu Manejado	30
	eixo 4. Regularização Fundiária dos PAE´s de Várzea	32
	eixo 5. Piscicultura	34
	eixo 6. Infraestrutura da Cadeia Produtiva do Pescado	36
	eixo 7. Assistência Técnica e Extensão Rural	38
	eixo 8. Incentivos Econômicos e Programas de Financiamento	40
	eixo 9. Monitoramento da Cadeia Produtiva da Pesca e Piscicultura	42
	eixo 10. Florestas e Campos Naturais da Várzea	44
	eixo 11. Indústria Pesqueira	46
10.	Gestão do Plano	49
11.	Atividades para Implementação do Plano	53



1. APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e Piscicultura do Baixo Amazonas (PDSPBA) é um instrumento de gestão socioambiental para o ordenamento dos recursos pesqueiros e implantação de políticas públicas com a finalidade de fortalecer e desenvolver o setor, como também implementar uma estratégia de produção de proteína animal de baixa emissão de carbono, integrando a pesca e a piscicultura.

O documento é resultado de um processo participativo coordenado pela Sociedade para Pesquisa e Proteção do Meio Ambiente – SAPOPEMA; Earth Innovation Institute – EII; Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA; Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Baixo Amazonas - MOPEBAM; Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20 e do Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP/Santarém.

O processo de construção do Plano foi iniciado em 2015, após a extinção do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA, e da suspensão do Defeso e do benefício do Seguro Defeso, por meio da Portaria Interministerial 192/2015. À época, pesquisadores, pescadores e pescadoras realizaram o Seminário “Desenvolvimento da Pesca na Várzea do Baixo Amazonas” em Santarém, PA e aprovaram a Carta de Santarém em Defesa da Pesca Artesanal, onde foram listados os principais problemas e as respectivas propostas para atividade pesqueira regional.

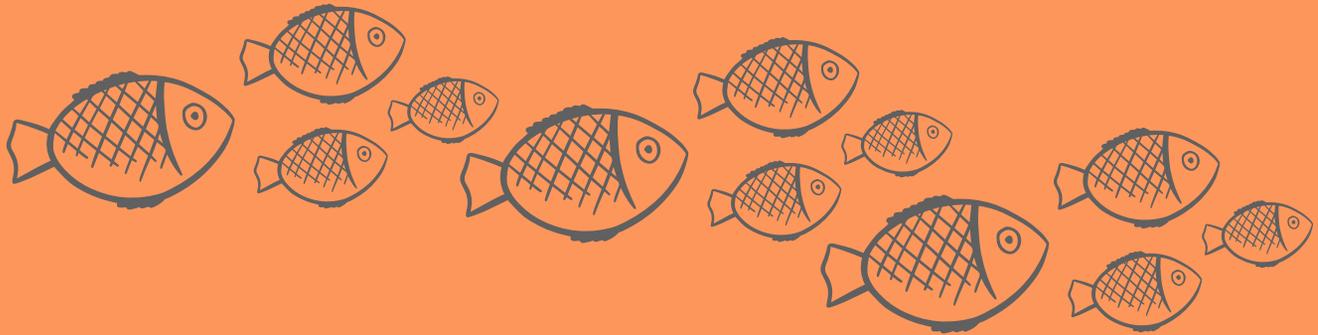
A partir do evento, foi deliberada a necessidade de construção de um diagnóstico da pesca para subsidiar a elaboração de um instrumento de gestão pesqueira na região. Portanto, o Plano servirá de ferramenta estratégica para orientar as ações nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), bem como as ações da iniciativa privada, do setor produtivo e da sociedade civil, na construção do desenvolvimento e do crescimento econômico, com justiça social e sustentabilidade ambiental.

2. INTRODUÇÃO

Apesar das tendências no Brasil, o pescado é o principal tipo de proteína animal produzido e comercializado na economia global. Embora no Brasil e nas Américas, em geral, o consumo de carne de boi predomine, o pescado é a proteína animal do futuro, devido ao seu baixo impacto ambiental, alta produtividade e valor nutricional como alimento humano. Atualmente a pesca está passando por uma transição histórica em que a produção da pesca extrativa está sendo ultrapassada pela produção aquícola, com destaque para a produção de peixes (piscicultura). Embora pouco avançada, essa transição está começando no Brasil com o crescimento da piscicultura e a estabilização da produção da pesca extrativa.

Na Amazônia, a pesca tem sido uma das bases da economia regional desde os primórdios da ocupação humana, situação que se intensificou com a ocupação Luso-brasileira. Apesar de séculos de exploração sem preocupação efetiva com a sustentabilidade, os recursos pesqueiros do Baixo Amazonas continuam produtivos, embora com potencial bem mais produtivo do que são agora. A pesca é um importante setor da economia, gerando emprego e renda para milhares de pessoas e fornecendo subsistência e segurança alimentar para centenas de famílias amazônicas.

A pesca na Amazônia enfrenta dois grandes desafios interligados: a concorrência crescente da piscicultura e a modernização da economia regional e nacional. Em relação ao primeiro desafio, devido à falta de investimento na gestão pesqueira e a crescente pressão da pesca desordenada ao longo dos anos, a produção mostra sinais de estagnação e os estoques de várias espécies de peixes de importância comercial estão sobreexploradas. Essa situação é vista como processo natural de modernização do setor de pescado em que o esgotamento da pesca extrativa leva a necessidade de substituir a pesca pela piscicultura, a produção de variedades de peixes criados em áreas confinadas.



No entanto, não há necessidade de escolher entre as duas modalidades da cadeia do pescado. É muito mais estratégico investir na modernização das duas, no manejo sustentável dos recursos pesqueiros e na produção de pescado através da piscicultura.

O declínio da pesca artesanal não é inevitável, é fruto direto e indiretamente das políticas públicas governamentais, que com poucas exceções ignoraram o setor pesqueiro. Essa situação é completamente reversível com as políticas apropriadas, e com compromisso dos governos e parcerias estratégicas. Numa estratégia em que a pesca manejada e a piscicultura sustentável são plenamente integradas na cadeia do pescado, podemos aproveitar suas complementaridades e potencial produtivo para ampliar mercados na Amazônia, no Brasil e no exterior.

O segundo grande desafio para a cadeia produtiva do pescado é como transformar um setor artesanal nas margens da economia formal num setor moderno e integrado nas cadeias produtivas que abastecem os mercados modernos regionais, nacionais e globais. Essa transformação passa pela capacidade de cumprir as regulamentações governamentais, fiscal, sanitária, trabalhista e ambiental e as exigências do mercado sem comprometer a sua competitividade.

Através do processo de modernização, envolvendo todos os atores da cadeia, o desenvolvimento do pescado deve se tornar um vetor de crescimento cada vez mais importante na região, gerando emprego, renda e alimento de alta qualidade. Assim, é capaz de sustentar um processo de desenvolvimento regional que reduz o desmatamento e degradação ambiental e promove avanços progressivos na qualidade de vida da população.

O desafio é enorme, mas os benefícios são ainda maiores em termos de desenvolvimento de um setor dinâmico e produtivo de pescado que fará uma contribuição decisiva para a economia de uma sociedade regional moderna e sustentável.

3. OBJETIVO GERAL

Subsidiar as ações da pesca e piscicultura nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), bem como a iniciativa privada, o setor produtivo e a sociedade civil, dinamizando o desenvolvimento da economia regional do Baixo Amazonas com justiça social e sustentabilidade ambiental.



Foto: David Gibbs McGrath

4. PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO

O plano foi construído através de um processo de planejamento participativo envolvendo representantes de todos os principais elos da cadeia produtiva do pescado e os onze municípios localizados ao longo da calha do Rio Amazonas.

A metodologia de elaboração deste instrumento propositivo de políticas públicas para a pesca e piscicultura da região do Baixo Amazonas foi coordenada pela SAPOPEMA em parceria com a EII, UFOPA, MOPEBAM, CPP, MPP, e a Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20. Dessa forma, os pescadores e pescadoras, outros atores da cadeia do pescado e também representantes dos órgãos que estão relacionados com a questão da atividade pesqueira dos onze municípios que compõem o Baixo Amazonas, puderam participar das diferentes etapas de construção do Plano, realizadas entre outubro de 2015 e dezembro de 2017.

O processo de construção do Plano levou aproximadamente dois anos, tendo em vista a necessidade de aplicar uma metodologia participativa que garantisse o envolvimento dos diversos atores que atuam direta e indiretamente nas atividades da pesca e piscicultura dos municípios. Mais de 842 moradores dos municípios participaram das 22 oficinas de mapeamento participativo para construção do diagnóstico e levantamento das demandas referentes à política de pesca e piscicultura. Foram realizadas cinco oficinas dos Grupos de Trabalho dos 11 eixos temáticos, além de duas plenárias de discussão e aprovação das propostas incorporadas no Plano.

Nos encontros e oficinas foram levantadas e convalidadas as informações que subsidiaram o diagnóstico, a identificação das potencialidades e problemas e apresentação das propostas para a elaboração das metas, ações e sistema de gestão e monitoramento do Plano. Nos eventos participaram gestores públicos, vereadores, representantes da sociedade civil organizada, instituições de pesquisas e empresas, onde todos contribuíram para a construção do plano.

5. O TERRITÓRIO DO BAIXO AMAZONAS

O território pesqueiro do Baixo Amazonas abrange o noroeste do Estado do Pará, localizado na zona ao longo do rio Amazonas onde está concentrada a maior parte da população da região. Do leste para oeste, o rio Amazonas passa por onze municípios, de Almerim até Juruti e Faro, com uma área de aproximadamente 315.853 Km² (Figura 1).

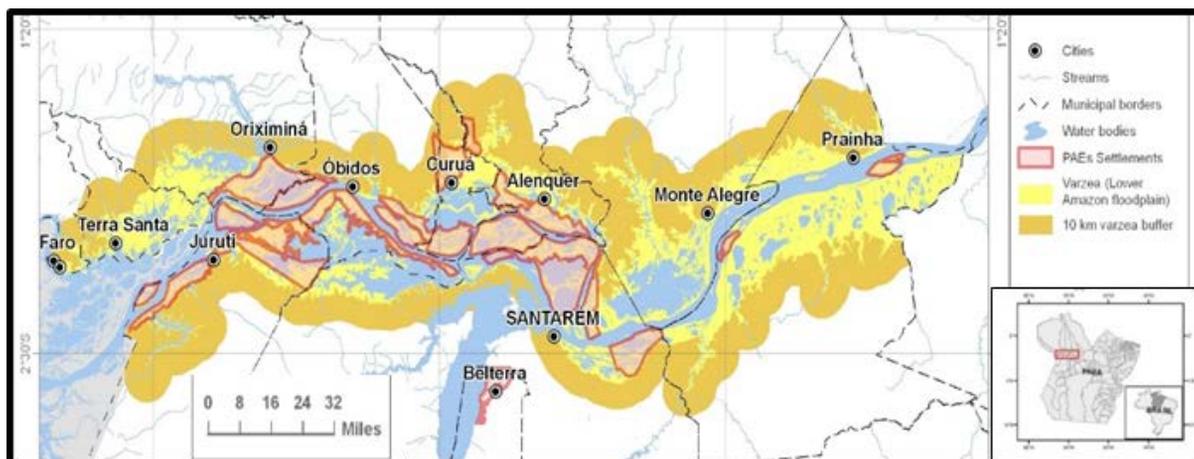


Figura 1: Área Sustentável do Plano de Desenvolvimento da Pesca e Piscicultura.

Dentro dessa região, o Plano considera tanto a calha principal do rio Amazonas e sua várzea (azul e amarelo na Figura 1, respectivamente), estimada em 14.000km² e uma faixa de 10 km em torno da várzea, zona de maior interação das atividades da pesca e a criação de gado. Essa área total é estimada em 31.000 km² dos quais a metade é rio e várzea, e outra metade terra firme. A população dessa área está estimada em 117.000 pessoas na zona rural e 380.763 na zona urbana, num total de quase meio milhão de pessoas, cuja maioria consome pescado.

6. DIAGNÓSTICO DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA E PISCICULTURA NO BAIXO AMAZONAS

6.1 Infraestrutura

Um dos grandes problemas da pesca é a falta de infraestrutura para os principais elos da cadeia produtiva e a baixa qualidade da infraestrutura que existe. Os pescadores dos onze municípios avaliaram a infraestrutura de desembarque como ruim ou inexistente em 91% dos casos e em apenas um único município o local de desembarque foi considerado “médio”.

As instalações para a comercialização do pescado receberam uma avaliação um pouco melhor. Dos onze municípios, nove possuem uma feira ou mercado de pescado. Do total, 55% receberam uma avaliação média ou boa e 45% ruim ou inexistente. A disponibilidade de insumos básicos para a pesca como combustível e gelo, é um fator importante para a pesca comercial local. Os municípios têm de 2 a 14 postos de gasolina destinados ao abastecimento de embarcações de pesca e 2 fábricas de gelo.

Em Santarém estão instalados 7 postos, enquanto nos demais municípios são 5 postos em média. Nas oficinas dos diagnósticos municipais, nove dos onze municípios receberam uma avaliação boa ou média e 2 ruim em relação a disponibilidade de combustível. A avaliação das fábricas de gelo foi semelhante (oito foram avaliadas como boas ou médias e três classificadas como ruins).

A baixa qualidade da infraestrutura contribui para a fragilidade da cadeia produtiva, especialmente na fase crítica entre o desembarque e a distribuição do pescado para os mercados e consumidores. A falta de infraestrutura nessa fase dificulta o monitoramento do pescado desembarcado e a inspeção sanitária, fiscal e ambiental. Assim, o pescado passa por essa fase sem ser qualificado, quantificado ou certificado para a comercialização formal. Consequentemente, não gera informações sobre o uso do recurso e sua entrada legal na cadeia produtiva formal, o que leva o consumidor a adquirir um produto de origem e qualidade desconhecida.

Os pescadores são responsabilizados pela precariedade da infraestrutura e problemas com a qualidade do pescado ofertado ao consumidor. No entanto, grande parte dessa responsabilidade é dos governos que não investem na infraestrutura necessária para assegurar que o pescado ofertado ao consumidor atenda as exigências do governo e do mercado.

6.2 Indústria Pesqueira

A indústria pesqueira tem um papel central na modernização da cadeia produtiva do pescado na região. No entanto, a indústria pesqueira se encontra bastante fragilizada por diversos motivos, incluindo a diminuição dos estoques e a concorrência de compradores de pescado que atuam na informalidade, bem como dificuldade com a legislação; acesso aos financiamentos com juros acessíveis para modernizar suas instalações, capital de giro (para comprar a matéria prima que é processada na entressafra) e os altos custos de energia, entre outros.

6.3 Capacidade de Gestão Ambiental Municipal

Com a edição da Lei Complementar nº 140/2011 o MMA - Ministério do Meio Ambiente que transferiu para as secretarias estaduais e municipais a responsabilidade pela gestão pesqueira, inaugura-se uma tendência de descentralização na competência da gestão pesqueira e ambiental. No Baixo Amazonas existe disparidade enorme na capacidade de gestão das SEMMAS. Por exemplo, duas das onze SEMMAS têm 52% do total de funcionários.



Mapeamento Participativo Monte Alegre



Mapeamento Participativo Obidos

A discrepância entre municípios no número de fiscais é menor. No entanto, enquanto a média é de quatro fiscais por município, seis dos onze municípios possuem menos de quatro fiscais. Em termos de transporte a situação é um pouco melhor: sete municípios possuem pelo menos um carro; dez têm motos; sete pelo menos uma lancha, mas apenas dois municípios, possuem um barco.

Entre 2010 e 2016 o número de lavratura de autos de infração por ano realizados pelo IBAMA caiu de 52 para dois, devido à descentralização da gestão ambiental após a promulgação da Lei Complementar nº 140/2011, que repassou aos estados e municípios a competência de licenciar e fiscalizar dentro de suas respectivas esferas de poder. No entanto, devido a capacidade limitada, as SEMMAS não conseguem manter o nível de fiscalização do IBAMA. Quanto à efetividade das fiscalizações realizadas pelos órgãos municipais responsáveis, sete das onze Colônias de Pescadores avaliaram a fiscalização como pouco eficiente, enquanto nas Colônias de Faro e Terra Santa não há fiscalização. Apenas Óbidos recebeu uma avaliação boa. Fica evidente que com a ausência do IBAMA, será necessário esforço dos governos estadual e municipais para fiscalizar de forma efetiva o uso do recurso pesqueiro, o respeito às medidas de ordenamento exis-

tentes, os Acordos de Pesca da região e viabilizar o crescimento da produção pesqueira manejada.

6.4 Recuperação dos Ambientes de várzea

Ao longo dos anos, a vegetação da várzea tem sofrido diversos impactos, incluindo a extração de madeira e lenha, o plantio de juta e mais recentemente a expansão da pecuária extensiva. Consequentemente, a floresta de várzea encontra-se bastante degradada. Estudos indicam que mais de 50% da cobertura florestal foi desmatada desde 1978, sendo que a vegetação dos campos naturais também sofre os impactos da sobrecarga de gado e da prática de queimar os campos no final do período de seca.

Um estudo recente estima que cada 1% de redução na cobertura florestal em torno de um lago resulta numa queda de 1% na produtividade da pesca. Para recuperar o potencial produtivo da várzea, será necessário regular a criação de gado e incentivar investimentos no reflorestamento das áreas desmatadas e o replantio dos campos naturais. Diversas iniciativas de reflorestamento e replantio realizadas na região podem servir de referência e de capital social para planejar projetos de larga escala.

7. A PESCA NO BAIXO AMAZONAS

7.1 Produção Pesqueira

Apesar da realização de estudos e produção de dados do desembarque pesqueiro, ainda existem muitas lacunas de informação. Considerando essas incertezas, a produção pesqueira da região está estimada em 12 mil toneladas/ano, incluindo a pesca comercial e de subsistência e a saída de pescado direto para as cidades de Manaus, Macapá e Belém, sem passar por postos fiscais. Desse total, mais da metade da captura é orientada para o consumo local e o restante é exportada para outras regiões do país.

A unidade de pesca geralmente é uma canoa ou bajara como rabeta ou motor de centro, com 2 a 3 pescadores, dependendo da modalidade. Os barcos da frota servem de apoio para os pescadores e o transporte do pescado até o local de desembarque. Existe um total de aproximadamente 30 mil pescadores registrados nas 11 Colônias da região. O Número de associados está entre 8 mil na Colônia Z-20 de Santarém e 150 no município de Faro.



Oficina GT Cadeia Produtiva



Oficina GT Regularização Fundiária

7.2 Os Dois Sistemas de Pesca do Baixo Amazonas

Existem dois sistemas de pesca: um focado nas espécies de peixe liso e outro nos peixes de escamas, ambos capturados nos rios e nos lagos da região. O primeiro, envolve a captura dos grandes bagres migradores nos rios e outras espécies de peixe liso, como o mapará, que são capturadas nos lagos. Grande parte da produção de peixe liso é comprada por frigoríficos localizados em Santarém e Óbidos e exportados para outros estados. Esta produção é responsável por dois terços do desembarque nas duas cidades.

O segundo sistema de pesca está baseado em espécies de escamas, como o tambaqui, curimatá e o pirarucu, que normalmente são capturadas nos lagos de várzea. O pescado é desembarcado de duas formas: na sede do município de Santarém e outras 10 sedes municipais para o consumo da população local, e a outra forma é desembarcada nos frigoríficos (principalmente em Santarém). Esse pescado entra na cadeia produtiva formal e outra parte da captura de peixe de escamas é comercializada através de canais informais com pouco ou nenhum registro oficial.



Seminário de apresentação e discussão do plano de desenvolvimento sustentável da pesca e piscicultura do Baixo Amazonas



Mapeamento participativo realizado em Santarém

7.3. Experiências de co-manejo pesqueiro no Baixo Amazonas

O Baixo Amazonas é um dos principais laboratórios regionais da Amazônia no desenvolvimento de políticas de co-manejo pesqueiro. Entre 1994 e 2006, sete Conselhos Regionais de Pesca foram criados para os sete principais Sistemas de Lago da Várzea de Santarém. Os Conselhos são responsáveis pela elaboração e implementação de Acordos de Pesca intercomunitários. O sistema de Conselhos Regionais de Pesca funciona no município de Santarém. Em outros municípios envolvem mais de 130 comunidades e 35 mil pessoas.

A partir de 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) firmou um convênio com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) para regulamentação das áreas de várzea, criando os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE's), uma modalidade de assentamento de uso coletivo criado para populações tradicionais. Foram criados 44 PAE's de várzeas em oito municípios do Baixo Amazonas.

Após a edição dos PAE's, foram elaborados os Planos de Utilização (PU) que incorporaram os Acordos de Pesca já reconhecidos nas Instruções Normativas existentes. O PAE tem o potencial de se tornar a principal unidade da política de co-manejo pesqueiro de gestão ambiental. Entretanto, a sua política de gestão ainda não foi totalmente definida, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento do uso dos recursos pesqueiros, pois com a edição dos PUs, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), não revogou as INS's e nem reconheceu os PU's como instrumento de regulamentação.



Oficina GTs Plano



Oficina GTs Plano

8. MODELO DE GESTÃO REGIONAL

O modelo de gestão regional denominado Sistema de Desempenho Territorial (SDT) tem como objetivo criar as condições regionais que facilitem a transição de uma cadeia sem preocupação com a sustentabilidade, para uma cadeia produtiva que valorize a sustentabilidade e cumpra a regulamentação do governo. Um aspecto importante dessa abordagem é o uso de uma plataforma acessível pela internet para apresentar o desempenho da região e alcançar as metas do plano.

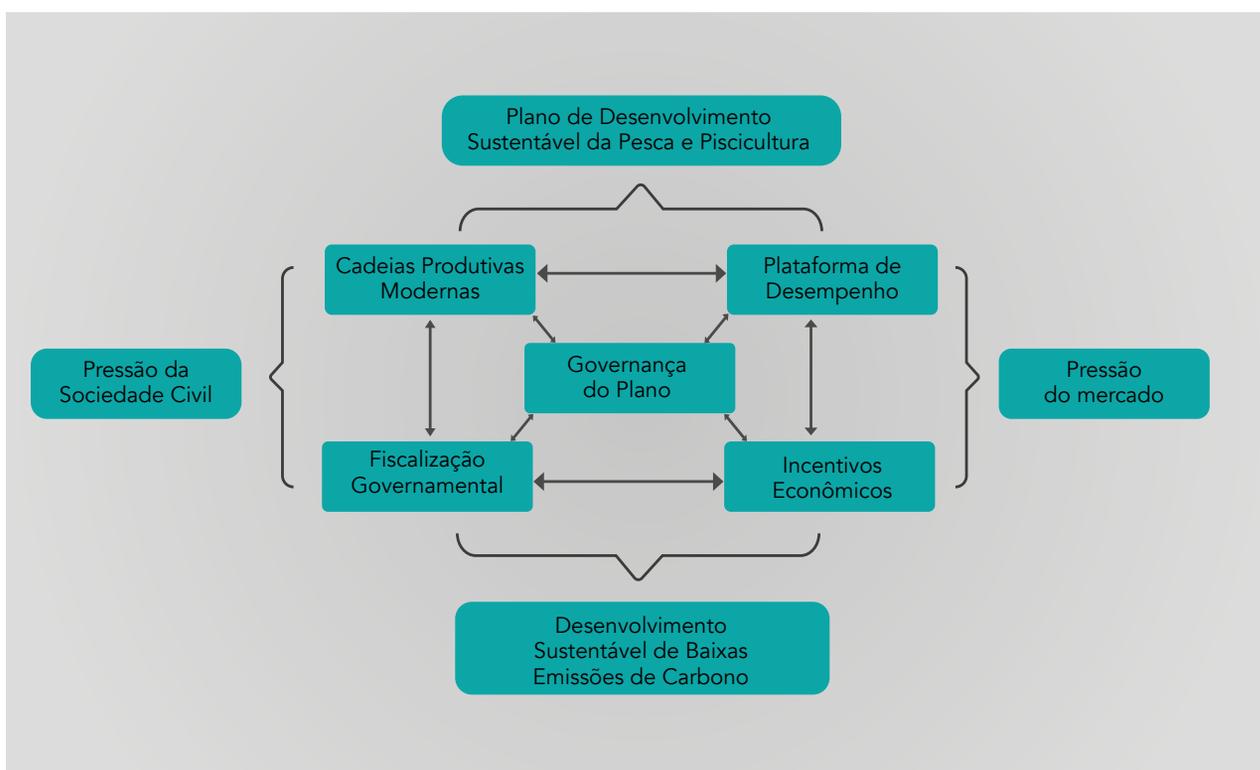


Figura 2: Fluxograma da estrutura do Sistema Territorial de Desempenho (STD) adaptado para o setor pesqueiro do Baixo Amazonas.

Os principais elementos da construção do STD do Baixo Amazonas são:

a) Processo de Planejamento Participativo: O processo envolveu os principais atores da cadeia do pescado dos onze municípios ao longo da calha do Rio Amazonas e resultou na elaboração de um plano para o desenvolvimento sustentável da pesca e piscicultura do Baixo Amazonas.

b) Arranjos Institucionais e Políticas de Co-manejo: Acordos entre órgãos governamentais municipais e estaduais para fortalecer e agilizar os processos de legalização, monitoramento e fiscalização dos Acordos de Pesca e da legislação pesqueira e ambiental em geral nas principais regiões pesqueiras do **Baixo Amazonas**.

c) Modernização da Cadeia Produtiva do Pescado: A implementação de um conjunto de medidas e ações para modernizar a cadeia produtiva do pescado de origem manejada e piscícola dos lagos e tanques até o consumidor final ou para exportação.

d) Incentivos Econômicos Para Facilitar a Transição para a Sustentabilidade: Políticas implementadas que incentivem e facilitem a transição para o manejo e a produção sustentável, integrando pescadores e piscicultores na cadeia produtiva formal.

e) Sistema de Monitoramento Participativo: Centro de Monitoramento com Sistema de Informação Georreferenciada (SIG), sediado na UFOPA, e banco de dados regionais do setor pesqueiro do Baixo Amazonas integrado com uma plataforma na internet. O monitoramento inclui também informações sobre o desempenho dos Acordos de Pesca e dos órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização da pesca e piscicultura.

f) Plataforma de Monitoramento de Desempenho: A plataforma é um instrumento que visa o monitoramento de desempenho de sustentabilidade da atividade pesqueira e apresenta os resultados do monitoramento, incluindo a situação da pesca em cada município e o desempenho em alcançar as metas de sustentabilidade e outras metas e prazos do plano.

A plataforma tem a função importante de garantir a transparência no desem-

penho dos diversos atores no cumprimento das metas e prazos do plano. Três grupos são especialmente relevantes. Primeiro, a apresentação dos resultados das entidades responsáveis pelas linhas de ação do plano. Segundo, os atores do mercado de pescado podem identificar municípios e/ou regiões que oferecem os produtos com a qualidade que procuram. Terceiro, a sociedade civil pode avaliar o desempenho dos órgãos governamentais na fiscalização do uso do recurso pesqueiro e dos Acordos de Pesca.

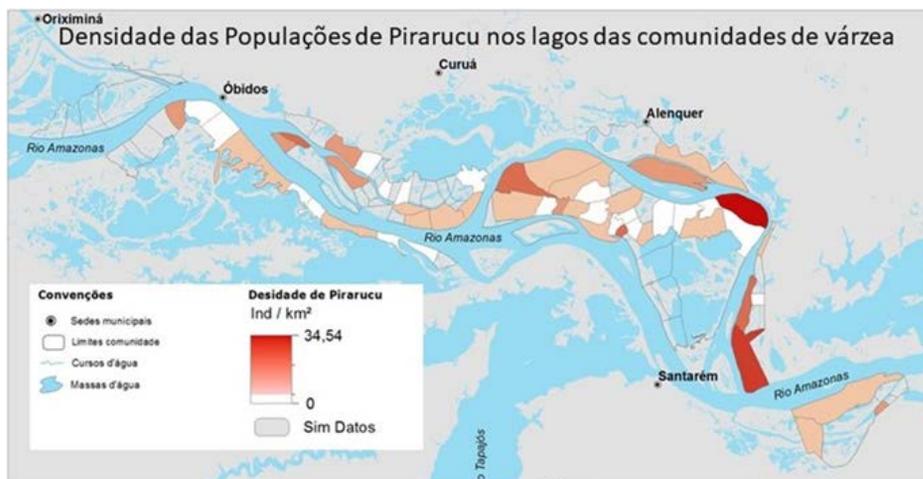


Figura 3: Mapa do desempenho de comunidades de várzea no manejo do pirarucu. Fonte: Castello et al. 2014.

A Figura 3 apresenta um exemplo de como a plataforma pode funcionar. A Figura 3 mostra a densidade de pirarucus adultos nos lagos de comunidades de várzea do Baixo Amazonas. A densidade varia de 34 pirarucus por km² nas áreas mais escuras para 0 em áreas mais claras (as brancas estão sem informação). A média da região é apenas 1,5 pirarucus por km². O mapa apresenta os locais que têm sistemas de manejo sustentável. A plataforma possibilita ainda o comprador identificar as comunidades que manejam o pirarucu e acessar os dados de contato para negociar uma compra.

g) Conselho Multi-Setorial de Gestão: O Conselho coordena a implementação do plano, administra a plataforma de monitoramento e, quando for necessário, convoca os atores chaves da cadeia produtiva, para garantir o cumprimento das metas do plano. Na medida em que o interesse do mercado aumentar a pressão pode se tornar um incentivo importante para os atores da cadeia produtiva se adequarem aos compromissos com a sustentabilidade.



9. EIXOS ESTRATÉGICOS

EIXO 1.

POLÍTICA DE CO-MANEJO PESQUEIRO

Situação atual

A política de gestão pesqueira está em fase de transição. O sistema de co-manejo pesqueiro desenvolvido pelo IBAMA na década de 90 foi abandonado pelo governo federal. Atualmente a responsabilidade pela gestão pesqueira está sendo transferida para os governos estaduais. No caso do Pará a SEMAS/SEDAP estão planejando o desenvolvimento de uma nova política pesqueira participativa e descentralizada.

Situação desejada

Sistema de co-manejo pesqueiro funcionando e fortalecendo os Acordos de Pesca regulamentados e permitindo comunidades de manejar seus recursos pesqueiros de forma sustentável, a recuperação dos estoques de espécies comerciais sobreexploradas e com sistema de monitoramento da pesca funcionando e gerando dados sobre os impactos das medidas adotadas na pesca e nos recursos pesqueiros.

METAS

- 1) Acordos de Pesca em vigência revisados de forma participativa e regulamentados;
- 2) Política de Seguro Defeso integrada com a política de gestão participativa da Pesca;
- 3) Funcionamento efetivo do Comitê Permanente de Gestão da Pesca (CPG) - ICM-bio, com a realização de reuniões regulares e celeridade nos processos sobre Acordos de Pesca, Seguro Defeso e Monitoramento da Pesca;
- 4) Áreas degradadas identificadas em cada município do Baixo Amazonas e planos de recuperação implementados;
- 5) SEMAS em parceria com as SEMMAS realizando fiscalizações periódicas nas áreas onde existem Acordos de Pesca nos municípios do Baixo Amazonas, com maior intensidade nas áreas de conflitos e no período do Defeso;
- 6) Programa de educação ambiental implementado em cada município do Baixo Amazonas com a participação integrada das SEMMAS, SEDUC e a SEMEDs, voltado para o manejo sustentável dos recursos pesqueiros e a conservação do ecossistema de várzea e a sua biodiversidade;
- 7) Colônias de Pescadores fortalecidas juntamente com todos os Conselhos Regionais de Pesca e Associações Comunitárias em torno dos Acordos de Pesca;
- 8) Construir e aprovar Protocolos de Consulta dos pescadores Artesanais dos treze municípios da região do Baixo Amazonas e Tapajós.

Ação	Competência	Prazo
1. Definir procedimentos e critérios para revisão e elaboração de novos Acordos de Pesca.	SEMAs, SEDAP, SEMMAs, com a colaboração de UFOPA, Colônias de Pescadores, MOPEBAM, SAPOPEMA, CPP e outros.	12 meses
2. Promover a revisão e criação dos Acordos de Pesca.	SEMAs, SEMMAs, Colônias de Pescadores e MOPEBAM, com colaboração Órgãos Ambientais e de Pesca, SAPOPEMA, UFOPA, Ministério Público, CPP e outros.	24 meses
3. Adequar a política de Seguro Defeso condicionada aos Acordos de Pesca.	CPG Norte, com instituições públicas e privadas do setor pesqueiro.	24 meses
4. Planejar e divulgar agenda de reuniões do CPG com as pautas de discussão e produzir informações técnicas e disponibilizar às instituições do setor pesqueiro.	SEMMAs, SEMAs, IBAMA, ICMBio, Capitania dos Portos, Polícia Civil e Polícia Militar.	12 meses
5. Realizar diagnóstico para identificar áreas degradadas na várzea do Baixo Amazonas e facilitar a implementação de ações mitigadoras como reflorestamento e plantio de capim.	SEMAs e SEMMAs.	36 meses
6. Promover a criação e implementação de programas municipais de Agente Ambiental Comunitário, com a anuência da Câmara Municipal.	SEMMAs e Câmara Municipal.	36 meses
7. Realizar capacitações para os Agentes Ambientais Comunitários e credenciar os Agentes para atuar em suas respectivas comunidades.	SEMAs e SEMMAs.	24 meses
8. Fortalecer a fiscalização dos Acordos de Pesca e a legislação pesqueira no Baixo Amazonas.	SEMMAs, SEMAs, IBAMA, ICMBio, Capitania dos Portos, Polícia Civil e Polícia Militar.	12-24 meses
9. Implementar Programas de Educação Ambiental (EA) nos municípios, com ênfase no manejo sustentável dos recursos pesqueiros.	SEMED, SEDUC, SEMMAs, Colônias de Pescadores, Universidades e UFPA.	36 meses
10. Integrar os Programas municipais de Educação Ambiental em um Programa Regional.	CIPAR, SEMMAs, Colônias de Pescadores, SAPOPEMA e UFOPA.	48 meses
11. Programa contínuo de formação das lideranças das colônias de pescadores, conselhos regionais de pesca e associações comunitárias na gestão participativa da pesca.	CPP, SAPOPEMA, MPP, MOPEBAM.	24 meses

EIXO 2.

CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO

Situação atual

A cadeia produtiva do pescado é desestruturada, não diferencia o peixe de lagos manejados do peixe de lagos sem manejo e da piscicultura e nem exerce algum controle sobre a comercialização de peixe ilegal (abaixo do tamanho ou protegidos pelo Defeso). Os órgãos de fiscalização sanitária, fiscal, trabalhista e ambiental estão ausentes da cadeia produtiva do pescado. Portanto grande parte do pescado produzido pela pesca artesanal não cumpre as exigências da cadeia produtiva formal.

Situação desejada

Cadeia produtiva do pescado organizada com pontos de desembarque oficialmente designados e entrepostos onde o pescado desembarcado é monitorado, inspecionado e lavado para garantir o cumprimento da legislação fiscal, sanitária e ambiental. O pescado deve ser distribuído no mercado através de leilões, saindo do entreposto com os impostos pagos e toda a documentação regularizada para entrar no mercado formal nacional e internacional. A indústria de pesca modernizada e fornecendo produtos de alta qualidade para atender as exigências de diferentes mercados.

METAS

- 1) Marcos Legais estabelecidos para normatização do ordenamento, da produção, do beneficiamento e da comercialização dos recursos pesqueiros;
- 2) Estudos de viabilidade econômica realizada e mercados identificados para valorização do pescado oriundo do manejo;
- 3) Centro Integrado do Pescador Artesanal – CIPAR funcionando no atendimento das demandas de capacitação dos pescadores e de recebimento e distribuição de pescado na região do Baixo Amazonas; e
- 4) Fiscais da área sanitária, ambiental e fiscal, atuando nos mercados e declarando que o pescado atende as exigências do governo e do mercado.

Ação	Competência	Prazo
1. Estabelecer os instrumentos de regularização da cadeia produtiva da pesca, considerando as espécies que já fazem parte da comercialização da região: tambaqui, acari, tucunaré, pirapitinga, surubim, filhote, piramutaba, curimatã, matrinxã, pirarucu, entre outros.	SEMAS, SEDAP e SEMMA's.	36 meses
2. Destacar fiscais das áreas sanitária ambiental, e fiscal para atuar nos mercados e certificar que o pescado atende as exigências governamentais.	SEMAS, ADEPARÁ, SEFAZ, SEDAP.	24 meses
3. Realizar pelo menos um estudo de viabilidade econômica e de mercado para as principais espécies produzidas na região.	SEDAP, SEDEME, UNIVERSIDADES e SEBRAE.	36 meses
4. Implementar um programa de capacitação sobre a cadeia produtiva da pesca que contenha: boas práticas de manipulação de alimentos, gestão e estratégia produtiva, mercado e comercialização.	SEDAP, SEBRAE e SENAR.	36 meses
5. Direcionar o programa de capacitação para outros atores da cadeia produtiva da pesca, como: restaurantes, hotéis, panificadoras, vendedores em geral, entre outros.	SEDAP, SEBRAE, UFOPA, SENAC e SENAR.	24 meses
6. Criar o Arranjo Produtivo Local da pesca artesanal.	UFOPA, SENAR, CONAB, SEBRAE e CEPLAC.	48 meses
7. Realizar mapeamento das cadeias produtivas do pescado da região do Baixo Amazonas.	SEDAP, SEBRAE E UNIVERSIDADES.	48 meses
8. Incluir o pescado e subprodutos como o piracuí, no cardápio da alimentação escolar.	PREFEITURAS, SEDUC, ADEPARÁ, DIVISA E SEBRAE.	48 meses

EIXO 3.

CADEIA PRODUTIVA DO PIRARUCU MANEJADO

Situação atual

A fiscalização e o monitoramento da pesca do pirarucu são pouco realizadas. Como resultado, grande parte do pirarucu comercializado está abaixo do tamanho legal e/ou comercializado fora da época permitida.

A pesca do pirarucu é permitida uma parte do ano, o que estimula a exploração desordenada no período permitido e contribui para a redução dos estoques naturais. Essa situação, portanto, demanda de Legislação Complementar, aos moldes da que foi implementada no Estado do Amazonas, visando o manejo sustentável, com vistas à recuperação dos estoques naturais.

Situação desejada

Legislação estadual implementada para regulamentar e monitorar o manejo sustentável do pirarucu. Um sistema de cadeia de custódia do pirarucu manejado, implantado para comprovar a origem legal do pirarucu comercializado, do pescador/produtor até o consumidor. Mecanismos implementados para identificar e eliminar o pirarucu ilegal dos mercados regionais e nacionais.

METAS

- 1) Instrumentos jurídicos para a regulamentação do manejo do pirarucu criados e implementados no Estado do Pará;
- 2) Programa estadual de capacitação de pescadores artesanais em manejo do pirarucu;
- 3) Ordenamento da cadeia produtiva do pirarucu do mercado regional para valorização da produção legal e sustentável, com a pesca ilegal coibida;
- 4) Produção de pirarucu manejado integrada no mercado institucional de alimentos regionais, com ênfase para o Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- 5) Sistema de monitoramento da pesca manejada de pirarucu implementado para avaliar resultados e subsidiar o manejo na região.

Ação	Competência	Prazo
1. Realizar diagnóstico da situação do pirarucu no Baixo Amazonas para estabelecer estimativa de produção e consumo.	SEDAP, EMBRAPA, UFOPA e demais universidades, Colônias de Pescadores, Prefeituras e ONG's.	24 meses
2. Elaborar e regulamentar legislação específica para o manejo sustentável e a cadeia produtiva sustentável do pirarucu.	Câmara dos Deputados, SEMMAs e SEMAS.	24 meses
3. Implementar programa de capacitação dos pescadores na estratégia de manejo da pesca de pirarucu na região.	SEDAP, SEMAS, SEMMAs, SAPOPEMA, Colônias de Pescadores e INPA.	36 meses
4. Realizar o zoneamento do território das comunidades, identificando as áreas com potencial para o manejo de pirarucu e os principais ambientes, atividades agropecuárias, lagos e moradias.	Colônias de Pescadores, UFOPA, Prefeituras Municipais, EMBRAPA, EMATER, SEDAP, MAPA, INPA, SEMMA e SEMAS.	12 meses
5. Elaborar e implementar plano para ordenar a cadeia produtiva do pirarucu no mercado regional e estadual.	Colônias de Pescadores, UFOPA, Prefeituras, EMBRAPA, EMATER, SEDAP, MAPA, INPA, SEBRAE, SEMMAs e SEMAS.	12 meses
6. Criar Políticas de incentivo a estruturação da cadeia de valor do pirarucu.	Governo Estadual e Prefeituras Municipais.	12 meses
7. Realizar mapeamento do mercado institucional da região do Baixo Amazonas em potencial para pirarucu manejado.	SEDEME, SEDAP, UFOPA, Prefeituras, EMBRAPA, EMATER, MOPEBAM, Colônias de Pescadores, SENAR, SEBRAE, ONG's e IFPA.	24 meses
8. Implementar estudos para estimar volumes e avaliar origens e estado legal do pirarucu comercializado ao longo do ano.	SEMAS, SEDAP, Universidades, SEMAP e IFPA.	12 meses
9. Habilitar associações comunitárias para abastecer o mercado institucional na região do Baixo Amazonas.	SEBRAE, EMBRAPA, EMATER, MOPEBAM, Colônias de Pescadores, SENAR, Prefeituras Municipais e ONG's.	24 meses
10. Incluir o pirarucu no cardápio da alimentação escolar e nos contratos com instituições compradoras.	Prefeituras Municipais, EMBRAPA, EMATER, MOPEBAM, Colônias de Pescadores, SEMAP, SENAR, SEBRAE e ONG's.	24 meses

EIXO 4.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS PAE'S DE VÁRZEA

Situação atual

Os Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE's) de várzea estão sem reconhecimento legal e muitos ainda sem registro oficial, resultando em grande confusão sobre os procedimentos para concluir o processo de regularização fundiária na várzea do Baixo Amazonas. Com a edição da Lei N° 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, muitas mudanças estão previstas colocando em risco o ecossistema de várzea amazônicos, aumentando a tensão e os conflitos na região.

Situação desejada

Concluir o processo coletivo de regularização fundiária para todos os PAE's de Várzea do Baixo Amazonas, transformando-os nas unidades básicas da gestão pesqueira e do manejo dos recursos naturais da várzea.

METAS

- 1) Marco legal para reconhecimento dos Sistemas de Gestão dos PAE's de Várzea concluído e implementado;
- 2) Regularização fundiária dos PAE's de Várzea com seus processos concluídos e documentação de titulação expedida;
- 3) Os 44 PAE's de Várzea fortalecidos através do reconhecimento e legalização dos seus planos de uso;
- 4) Contrato de Cessão de Uso dos PAE's expedidos com prazo de 20 anos.

Ação	Competência	Prazo
1. Emitir CCU (Contrato de Concessão de Uso) para as 18 mil famílias dos treze municípios do Baixo Amazonas e Tapajós, com prazo de 10 a 20 anos.	INCRA e SPU.	24 meses
2. Emitir CDRU (Concessão do Direito Real do Uso) aos beneficiários dos projetos de assentamento de forma coletiva nos 44 PAE's de várzea.	INCRA e SPU.	48 meses
3. Criar assentamentos nas áreas em que as populações requererem título e CCU (Contrato de Concessão de Uso).	INCRA.	36 meses

EIXO 5.

PISCICULTURA

Situação atual

Iniciativas de piscicultura são amadoras, sem registro oficial e, portanto, sem integração na cadeia produtiva do pescado formal. No setor de piscicultura faltam estudos da viabilidade em paisagens de terra firme e de várzea do Baixo Amazonas para gerar sinergias positivas com a pesca manejada.

A legislação atual dificulta o licenciamento devido aos principais problemas fundiários e limita o acesso dos piscicultores às linhas de financiamento e custeio.

Situação desejada

A piscicultura integrada em cadeias produtivas sustentáveis que diferenciem peixes da pesca manejada e da piscicultura.

Implementar legislação local que crie mecanismos efetivos de ordenamento e facilite a produção piscícola regional.

Que as iniciativas sejam subsidiadas por um Plano de Negócios (em parceria com o SEBRAE) para desenvolver a atividade piscícola.

Além de estudos para implantação de uma fábrica de ração, para reduzir o custo de produção.

METAS

- 1) Diagnóstico da situação da piscicultura na região do Baixo Amazonas;
- 2) Órgãos estaduais e municipais definidos e executando as atividades do plano com base nos pactos estabelecidos;
- 3) Cooperativas dos piscicultores criadas e fortalecidas na região;
- 4) Programas de boas práticas executados nos municípios do Baixo Amazonas;
- 5) Programa de fomento à piscicultura sustentável implementado na Região;
- 6) Piscicultores inseridos nos programas de crédito para fortalecimento de suas iniciativas;
- 7) Estudo de viabilidade da piscicultura na várzea, realizado para subsidiar a elaboração de projetos de piscicultura.

Ação	Competência	Prazo
1. Elaborar diagnóstico da piscicultura no Baixo Amazonas, contendo mapeamento de regiões com potencial e interesse para desenvolver atividade da piscicultura.	SEDAP, EMATER, IFPA, UFOPA, Colônias de Pescadores e Prefeituras.	24 meses
2. Realizar uma ação coletiva entre órgãos para promover o licenciamento.	SEMAS e SEMMAs.	12 meses
3. Promover a produção de alimentos alternativos para a criação em cativeiro.	EMBRAPA, SEBRAE, SENAR, EMATER, IFPA, UFOPA, Prefeituras Municipais e iniciativa privada.	24 meses
4. Promover capacitação em boas práticas do manejo (cursos/ oficinas que orientem sobre a importância da biometria, qualidade da água e alimentação (BPM)).	EMATER, SEDAP, UFOPA, IFPA, SEBRAE, SENAR, SSPI e Colônia de Pescadores.	24 meses
5. Realizar capacitação direcionada aos jovens sobre a importância da piscicultura sustentável, em parceria com as escolas das comunidades e desenvolver plano de iniciação científica para o ensino médio das comunidades ribeirinhas (auxílio financeiro aos jovens mais engajados).	SEDUC, SEMED, SEDAP, UFOPA, CEPLAC, IFPA e ONG's.	24 meses
6. Verificar junto às instituições financeiras maneiras de desburocratizar o acesso às linhas de créditos para a piscicultura.	Agências financeiras, SEDAP, EMATER e governos Estadual e Federal.	36 meses
7. Auxiliar os piscicultores via entidades de assistência técnica durante o processo de elaboração de projeto para agências financeiras.	Agências financeiras, SEDAP, EMATER e ATER's.	24 meses
8. Fortalecer a base física da Unidade Agropecuária de Santa Rosa, em Santarém, como referência para o fomento da piscicultura na região.	SEDAP, Prefeituras, UFOPA e IFPA.	24 meses

EIXO 6.

INFRAESTRUTURA DA CADEIA PRODUTIVA DO PESCADO

Situação atual

Os municípios do Baixo Amazonas não possuem a infraestrutura adequada para o desembarque, inspeção, lavagem e distribuição do pescado desembarcado na cidade ou as instalações para fornecer os principais insumos, como combustível e gelo para os pequenos pescadores e piscicultores.

Situação desejada

A infraestrutura física da cadeia produtiva municipal estruturada para assegurar a conservação do pescado do ponto de desembarque até o ponto de compra do consumidor com a provisão dos insumos e instalações que os pescadores necessitam.

METAS

- 1) Centros de recebimento, classificação, lavagem e distribuição do pescado construídos nas sedes municipais do Baixo Amazonas;
- 2) Os pescadores comerciais capacitados para fornecer produtos que atendam as exigências sanitárias e legais;
- 3) Feiras e mercados de comercialização do pescado nos municípios do Baixo Amazonas adequados e devidamente regularizados em conformidade com a legislação;
- 4) Fábricas de gelo instaladas e operando nos municípios para atendimento da demanda da região do Baixo Amazonas.

Ação	Competência	Prazo
1. Construir ou adaptar locais usados para embarque e desembarque do pescado em todas as sedes municipais do Baixo Amazonas.	Governos Municipal, Estadual e Federal.	36 meses
2. Capacitar os pescadores para o processo de captura, armazenamento, transporte e manipulação do pescado com a garantia de um produto de qualidade que seja aceito pelo mercado.	SEBRAE, SENAR, SEDAP, UFOPA, SAPOPEMA, IFPA, Adepará e Colônia de Pescadores.	12 meses
3. Construir no município de Juruti um entreposto pesqueiro e em Curuá, feiras e/ou mercados para comercialização do pescado.	Governos Municipal e/ou Estadual, INJUS (Juruti), parceria com a iniciativa privada, sendo ALCOA em Juruti, Mineração Rio do Norte e do Rio Tinto na Calha Norte.	24 meses
4. Ampliar e colocar em pleno funcionamento o Centro Integrado do Pescador Artesanal (CIPAR), construído em Santarém.	Prefeitura de Santarém, SEMAP, MOPEBAM, SEBRAE, Colônia de Pescadores Z-20 e Cooperativa dos Pescadores.	24 meses
5. Instalar fábricas de gelo para atender a demanda em Santarém, Terra Santa, Faro e Curuá.	Governo Municipal, Estadual e Federal, Colônias de Pescadores (interlocutores).	36 meses
6. Solucionar o problema da baixa tensão de energia que dificulta o funcionamento das fábricas de gelo já instaladas nos Municípios de Alenquer e Monte Alegre.	Governo municipal e/ou Estadual, CELPA.	12-24 meses
7. Incluir na Portaria Federal nº 3, de 15 de março de 2017, a gasolina como item de subsídio do governo. Assim como, ampliar a divulgação dos benefícios que a referida portaria proporciona para as empresas e pescadores.	Governo Estadual e Federal.	12-24 meses
8. Apresentar ao governo um Projeto de Lei que crie subsídios para material de pesca.	Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, Senado Federal e iniciativa popular.	24 meses
9. Criar um Sistema de Cadastro dos Pescadores Artesanais junto a SEDAP do Estado.	SEDAP, Colônia de Pescadores, UFOPA e Prefeituras.	36 meses
10. Instalar postos e agências bancárias nos Municípios do Baixo Amazonas para atender a demanda do setor.	Governos Federal e Municipal, Lotéricas e Correios.	24 meses

EIXO 7.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Situação atual

Ausência de programas regulares de assistência técnica em áreas estratégicas, como no manejo sustentável dos recursos pesqueiros e no manuseio e conservação do pescado. A falta de um programa de boas práticas de produção na piscicultura é o principal gargalo para a modernização da cadeia produtiva do pescado. A maioria dos técnicos são treinados na agropecuária e na piscicultura, mas raramente no manejo comunitário dos recursos pesqueiros.

Situação desejada

Programas de assistência técnica para o manejo comunitário da piscicultura implementados e assistindo organizações da pesca no manejo sustentável dos recursos pesqueiros e na ampliação da produção de peixes em cativeiro. Mecanismos alternativos de assistência técnica, como contratos entre empresas que compram pescado e organizações de pescadores e piscicultores, implementados em toda a região. Através de diversos mecanismos, pescadores e piscicultores recebendo a assistência técnica que precisam para fornecer pescado de alta qualidade para as cadeias produtivas e nacionais.

METAS

- 1) Programa de Assistência Técnica voltado para o fortalecimento da pesca e piscicultura implementados junto aos municípios do Baixo Amazonas;
- 2) Planos municipais de ATER para a pesca artesanal e piscicultura elaborados e implementados;
- 3) Programa de capacitação implementado para melhoramento da qualidade e gestão da produção do pescado.

Ação	Competência	Prazo
1. Reestruturar a EMATER para atendimento da demanda de pesca e piscicultura da região do Baixo Amazonas.	Governo do Estado e SEDAP.	24 meses
2. Elaborar um plano estratégico e operacional de ATER para a pesca artesanal e a piscicultura no Baixo Amazonas.	EMATER, SEMAS, SEDEME, EMBRAPA, CEP-LAC e ATERs.	24 meses
3. Capacitar atores estratégicos envolvidos na cadeia da pesca e da piscicultura para a consolidação de uma estratégia de boas práticas e manejo sustentável.	EMATER, Prefeituras Municipais, UFOPA, IFPA, EETE-PA, EMBRAPA, SEBRAE e ADEPARÁ.	36 meses
4. Implementar Programa de ATER para a pesca e piscicultura.	SEDAP, EMATER, SEBRAE e Prefeituras municipais.	36 meses
5. Capacitar o (a) pescador (a) artesanal e piscicultor (a) para habilitá-los no processo de comercialização da produção com qualidade para frigoríficos, como também para o fornecimento à população em geral.	EMATER/SEMAGRIS, Casas Familiares Rurais, SENAR, CIPAR, UFOPA, SEBRAE e IFPA.	24 meses
6. Assessorar as comunidades na elaboração de projetos de comercialização nos mercados institucionais (PAA-Programa de Aquisição de Alimentos, PNAE-Plano Nacional de Alimentação Escolar, CAAE-Conselho de Aquisição de Alimento Escolar).	Prefeituras Municipais, EMATER, SEBRAE, EETEPA, IFPA e UFOPA.	24 meses

EIXO 8.

INCENTIVOS ECONÔMICOS E PROGRAMAS DE FINANCIAMENTO

Situação atual

Não existem incentivos ou programas de financiamento para o investimento e o custeio para o manejo sustentável dos recursos pesqueiros e a piscicultura sustentável. PRONAF financia pescadores e piscicultores, mas ainda não tem uma linha de crédito para o manejo pesqueiro. Conseqüentemente, os setores de pesca e piscicultura não recebem os incentivos para investir nas práticas sustentáveis como o manejo sustentável do pirarucu e os Acordos de Pesca sustentáveis.

Situação desejada

Organizações de manejo pesqueiro e cultivo de peixes acessando as linhas de crédito que diretamente apoiam o manejo sustentável dos recursos pesqueiros locais e as boas práticas de cultivo. A política de Seguro Defeso modificada para incentivar a participação dos pescadores em acordos de pesca sustentáveis para a transição da pesca extrativa sem manejo para a pesca manejada sustentável. Linhas de crédito para investimento e custeio para piscicultores que utilizam boas práticas na criação. Indústria pesqueira acessando linhas de crédito para modernizar as suas instalações e adquirir a matéria prima necessária, liderando a modernização da cadeia produtiva do pescado em toda a região do Baixo Amazonas.

METAS

- 1) Linhas de créditos do PRONAF disponibilizadas com acessibilidade para os pescadores e piscicultores;
- 2) Linha de Crédito do PRONAF para o manejo comunitário e participativo da pesca e boas práticas de cultivo;
- 3) Linhas de créditos disponibilizadas para o financiamento da indústria pesqueira.

Ação	Competência	Prazo
1. Concluir proposta de revisão do Seguro Defeso - SD e disseminar entre os principais grupos/atores do setor pesqueiro e o público em geral.	SAP (MAPA), SEMAS, SEMMAs, Comitê Permanente de Gestão dos Recursos Pesqueiro e Colônias de Pescadores.	36 meses
2. Elaborar e submeter a Minuta da Lei da revisão do SD ao Congresso Nacional.	SAP (MAPA); SEMAS, UFOPA, Comitê Permanente de Gestão dos Recursos Pesqueiro e Colônias de Pescadores.	36 meses
3. Designar parte dos fundos do Seguro Defeso para os conselhos de pesca e associação/núcleo dos pescadores.	SAP (MAPA)S e SEMAS.	48 meses
4. Elaborar proposta de programa do PRONAF de apoio ao manejo comunitário/participativo da pesca.	Agências financeiras de fomento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e BNDES) e SAP (MAPA).	36 meses
5. Criar uma linha de crédito (com formulários específicos) para a pesca e piscicultura dentro do PRONAF.	Agências financeiras de fomento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e BNDES) e SAP (MAPA).	36 meses
6. Elaborar proposta de linhas de crédito para a indústria pesqueira.	Agências financeiras de fomento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e BNDES) e SAP (MAPA).	36 meses
7. Criar linha de crédito para capital de giro de indústrias pesqueiras e pescadores, para fortalecer indústrias do ramo na entressafra e na situação do pescador junto aos atravessadores.	Agências financeiras de fomento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e BNDES) e SAP (MAPA).	36 meses
8. Criar linhas de crédito para serviços ambientais.	Agências financeiras de fomento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e BNDS) e SAP (MAPA).	48 meses
9. Elaborar proposta de programa para formar parcerias entre associações de pescadores e empresas.	SEAP (MAPA); SEMAS, UFOPA e Colônias de Pescadores.	36 meses
10. Criar mecanismos para minimizar o grau de inadimplência dos pescadores junto aos Bancos.	Agências Financeiras de Fomento (Banco da Amazônia, Banco do Brasil e BNDS) e SAP (MAPA).	36 meses

EIXO 9.

MONITORAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA E PISCICULTURA

Situação atual

O monitoramento pesqueiro no Baixo Amazonas é muito limitado e conseqüentemente faltam informações confiáveis sobre a situação atual da pesca e dos recursos pesqueiros no Baixo Amazonas. Portanto, faltam também dados que demonstrem a contribuição do setor de pesca e piscicultura para a economia local e regional. Com a falta de informações, o setor pesqueiro se torna invisível e sem importância para os gestores governamentais, e o setor privado não tem as informações necessárias para avaliar investimentos no setor.

Situação desejada

Sistema de monitoramento pesqueiro implementado nos principais pontos de desembarque das onze sedes municipais, com o envio de dados para um centro de monitoramento da UFOPA. Gestores locais e técnicos de planejamento dos governos municipais e estaduais recebendo dados atualizados, para avaliar tendências na pesca e piscicultura e suas contribuições para a economia local. Monitoramento dos impactos de projetos de infraestrutura (barragens, navegação fluvial, rodovias e portos) na pesca e nos recursos pesqueiros em toda a região do Baixo Amazonas.

METAS

- 1) Sistema de produção de estatística de desembarque pesqueiro implementado através de módulos de coleta de dados nos municípios do Baixo Amazonas;
- 2) Módulos de produção de dados biológicos implantados para os principais estoques pesqueiros do BAM;
- 3) Módulo de monitoramento integrado de dados pesqueiros para subsidiar decisões de políticas de manejo implementadas na região;
- 4) Módulo de monitoramento espacial de dados pesqueiros implementado através de SIG.

Ação	Competência	Prazo
1. Delinear metodologicamente o sistema com ajustes e definição da estratégia de coleta, bem como implementação de ferramentas tecnológicas e indicação dos polos amostrais.	UFOPA, CEPAM/ICMBIO, Governos Municipais, Estadual e Federal.	24 meses
2. Estabelecer a infraestrutura tecnológica e os recursos humanos necessários para implementação do módulo de produção.	UFOPA, CEPAM/ICMBIO, EMBRAPA Governos Municipais e/ou Estadual.	36 meses
3. Operacionalizar o sistema a partir dos polos de desembarque, estabelecendo rotinas de coleta, como também o mecanismo de armazenamento, segurança, gerenciamento e acessibilidade dos dados produzidos, gerando relatórios periodicamente.	UFOPA, Prefeitura de Santarém, MOPEBAM, CEPAM/ICMBIO e Colônia de Pescadores, Z-20.	36 meses
4. Estabelecer os mecanismos, produtos e principalmente elencar variáveis indicadores para geração de relatórios avançados para tomada de decisão, mediante consultas específicas.	UFOPA, SEBRAE, Colônias de Pescadores e Governos Municipais e/ou Estadual.	48 meses
5. Elaborar relatórios trimestrais apresentando resultados do monitoramento produzidos e distribuídos para as Colônias, PAE's de Várzea e a sociedade em geral.	UFOPA. Governos Municipais e/ou Estadual e as Colônias de Pescadores.	48 meses

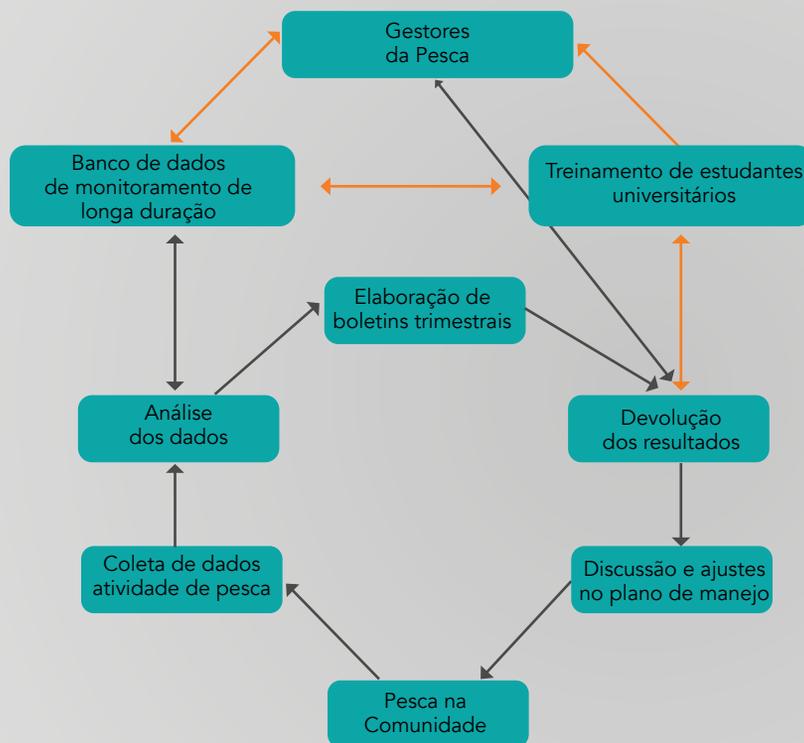


Figura 4: Fluxograma do funcionamento de um centro de monitoramento participativo do setor pesqueiro integrado nos programas de pesquisa, ensino e extensão da UFOPA (Baseado em McGrath e Castello 2015).

EIXO 10.

FLORESTAS E CAMPOS NATURAIS DA VÁRZEA

Situação atual

As florestas e campos naturais da várzea estão bastante degradados. Estudos indicam que mais de 50% da cobertura florestal foi desmatada desde 1978 e a vegetação dos campos naturais também se encontra degradada pela sobrecarga da criação de gado e pela prática de queimar os campos no final do período de seca. A degradação ambiental reduz a produtividade dos lagos de várzea e a biodiversidade aquática. A degradação das florestas e campos aumenta os impactos de mudanças climáticas, como a ação de ondas durante os temporais nos lagos e a queda dos barrancos.

Situação desejada

Vegetação da várzea, florestas e campos naturais, recuperados contribuindo para o aumento na produtividade da pesca nos lagos de várzea. A recuperação da biodiversidade da várzea também resulta em maior diversidade de oportunidades para o manejo sustentável, aumentando as oportunidades para o manejo de produtos florestais madeireiros e não madeireiros e comunidades capacitadas e credenciadas para a conservação e manejo dos tabuleiros locais.

METAS

- 1) Implementar os mecanismos de controle da pecuária na várzea, como os TAC's de gado e búfalo, para controlar os impactos na vegetação e os prejuízos nas atividades agrícolas;
- 2) Reflorestar as margens dos lagos, criando pomares de espécies de árvores que produzem alimento para peixes e aumentando a produtividade da pesca;
- 3) Restaurar os campos naturais através do replantio de capins nativos, aumentando a produtividade da pesca, formando barreiras naturais contra ondas e estabilizando barrancos;
- 4) Firmar parcerias entre as SEMMAs, Secretarias de Educação e as Colônias de Pescadores para implementar programas de educação ambiental para a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos pesqueiros nas escolas;
- 5) Tabuleiros de iniciativa comunitária autorizados e regulamentados para o manejo sustentável de quelônios.

Ação	Competência	Prazo
1. Elaborar TAC's para ordenar a criação de gado e búfalo na várzea, separando áreas de pastejo de áreas de recuperação da vegetação, de acordo com Planos de Utilização e outras normas locais, municipais e federais.	INCRA, SEMAS, MPE ou MPF, SEMMAS, SEDAP, Associações PAE's e comunidades, criadores, EMBRAPA, UFOPA.	24 meses
2. Reflorestar as margens dos lagos criando pomares de espécies que alimentam peixes.	INCRA, SEMAS, MPE ou MPF, SEMMAS, SEDAP, Associações PAE's e comunidades, criadores, EMBRAPA, UFOPA.	36 meses
3. Restaurar campos naturais através do replantio de capins nativos.	INCRA, SEMAS, MPE ou MPF, SEMMAS, SEDAP, Associações PAE's e comunidades, criadores, EMBRAPA, UFOPA.	36 meses
4. Implementar programas de educação ambiental para a conservação da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos pesqueiros nas escolas de várzea.	Parcerias entre as SEMMAs, Secretarias de Educação, Colônias de Pescadores e associações comunitárias da várzea.	24 meses
5. Regulamentar as iniciativas comunitárias para proteção de tabuleiros em toda a região e comunidades.	IBAMA, SEMMAS, ICMBIO, SEMAS, SEDAP, MPE.	24 meses
6. Regulamentar o manejo comunitário de quelônios baseado na regulamentação vigente no estado do Amazonas.	IBAMA, SEMMAS, ICMBIO, SEMAS, SEDAP, MPE, SEMA-AM.	24 meses

EIXO 11.

INDÚSTRIA PESQUEIRA

Situação atual

A indústria pesqueira se encontra fragilizada por diversos motivos, incluindo a diminuição dos estoques; a concorrência de compradores de pescado que atuam na informalidade, altos custos energéticos, dificuldades com a legislação e acesso a financiamentos com juros acessíveis para modernizar suas instalações e capital de giro para comprar matéria prima e fornecer o que será processado na entressafra, entre outros.

Situação desejada

Que a indústria seja modernizada para desenvolver novos produtos de pescado com eficiência no aproveitamento da matéria prima. Assumir um papel central na transição para uma cadeia de pescado moderna baseada na pesca manejada e piscicultura sustentável, bem como proporcionar o abastecimento dos mercados regionais, nacionais e internacionais, valorizando o pescado amazônico de origem sustentável.

METAS

- 1) Frigoríficos modernizados, utilizando tecnologia de ponta que permita maior eficiência no aproveitamento da matéria prima e na produção de novos produtos de pescado diversificando a oferta ao consumidor;
- 2) Abrir novas linhas de financiamento, com juros baixos para a modernização das instalações e aquisição de novos equipamentos, para diversificar os produtos de pescado, comercializados;
- 3) Reduzir a concorrência de compradores de peixe que trabalham na informalidade, evitando custos que as indústrias enfrentam;
- 4) Frigoríficos formando parcerias com associações de pescadores e piscicultores para assegurar matéria prima de qualidade e reduzir a sazonalidade da oferta através da compra de pescado da piscicultura;
- 5) Frigoríficos desenvolvendo estratégias de marketing que destacam associações entre o peixe amazônico, culturas tradicionais, manejo sustentável, a conservação da floresta e a culinária amazônica.

Ação	Competência	Prazo
1. Modernizar frigoríficos para competir nos novos mercados nacionais e internacionais.	Frigoríficos, SEBRAE , Associação das Indústrias de Pesca (BA & Estadual).	36 meses
2. Desenvolver e implementar novas linhas de financiamento para modernizar as indústrias e fornecer capital de giro.	Órgão Estaduais e federais, SAP/MAPA, ADEPARÁ, SEBRAE, PEIXE BR.	24 meses
3. Fiscalizar a cadeia de pescado e mapear os atores e produtos que não estão cumprindo com a legislação sanitária, ambiental, fiscal e trabalhista.	Prefeituras, SEDAP, ADEPARÁ, gislaçãoMAPA, SEMAS.	24 meses
4. Fomentar parcerias entre frigoríficos e associações de pescadores e piscicultores, para assegurar matéria prima de qualidade e reduzir a sazonalidade da oferta através da compra de pescado da piscicultura.	SEBRAE, Prefeituras municipais, empresas, MAPA, Colônias.	36 meses
5. Desenvolver estratégias de marketing que destacam associações entre o peixe amazônico, culturas tradicionais, manejo sustentável, a conservação da floresta e a culinária amazônica.	Empresas, associações, SEBRAE, SEDAP, EMBRAPA, UFOPA.	24 meses



10. GESTÃO DO PLANO

GESTÃO DO PLANO

A Gestão do Plano será de responsabilidade de um Fórum Regional de Pesca e Piscicultura, constituído de representação do governo, sociedade civil, pescadores, piscicultores, da indústria pesqueira e outros atores da cadeia do pescado.

A sua implementação ficará a cargo dos órgãos governamentais nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal) em colaboração com este Fórum.

O Fórum de Gestão do Plano funcionará a partir das seguintes instâncias:

- Comitê Técnico de Monitoramento e Avaliação;
- Conselho Executivo de Coordenação;
- Plenária Regional.

Fórum Regional de Pesca e Piscicultura

O Fórum Regional será a instância de gestão do plano, formado por representantes do governo, da sociedade civil, pescadores, piscicultores, indústria pesqueira e outros atores da cadeia do pescado e deverá preencher no mínimo 50% das vagas deste colegiado. Já o poder público, nas três esferas de governo, contará com no máximo 50%, proporcionando dessa forma maior representação e paridade entre as esferas civis e públicas.

Comitê Técnico de Monitoramento e Avaliação

Para seu êxito, deverá contar com a criação imprescindível de um comitê técnico de assessoramento, composto pelos principais órgãos diretamente ligados à atividade da pesca e piscicultura na região.

- Associação da Indústria Pesqueira;
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará -EMATER;
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA;
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI;
- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP;
- Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA;
- Secretaria Municipal e Estadual de Meio Ambiente - SEMAS;
- Secretaria Municipal e Estadual de Meio Ambiente - SEMMA;
- Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas - MOPEBAM;
- Superintendência Federal de Desenvolvimento Agrário em Santarém, Pará – SR 30.

O Comitê Interinstitucional deverá estar plenamente de acordo com o Plano e consciente de sua legitimidade junto aos agentes produtivos. Cada órgão, dentro de sua área de competência, deverá desempenhar sua função de acordo com o documento formal de participação na parceria e contribuirá periodicamente no acompanhamento, avaliação e realinhamento estratégico.

Conselho Executivo de Coordenação

Cabe a este conselho coordenar as tomadas de decisão ou encaminhamentos realizados em plenária; acompanhar as ações dos demais colegiados a partir dos eixos estratégicos propostos no Plano e outros temas relevantes, para que possam funcionar na proposição e orientação das ações a serem executadas, inclusive auxiliando tecnicamente na elaboração de projetos de captação de recursos e outras ações.

Plenária Regional

A Plenária Regional é o órgão de deliberação máxima, pois é nele que as decisões, estratégias e as articulações de forma participativa se direcionam para o desenvolvimento das políticas públicas do setor. Neste colegiado, participam todos os integrantes do Fórum Regional, Comitê Técnico de Monitoramento e Avaliação e o Conselho Executivo.

11. ATIVIDADES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

Ação	Competência	Prazo
1. Apresentar aos órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, o Plano às Câmaras Municipais, Prefeituras Municipais e organizações locais.	Coordenação do Plano, Câmaras Municipais, Prefeituras Municipais, Colônias de Pescadores, STR, ONG's locais, SEDAP & SEMAS, SEDEME.	6 meses
2. Implementar Conselhos de Pesca em cada município do Baixo Amazonas.	Coordenação do Plano, Câmaras Municipais, Prefeituras, Colônias de Pescadores, STR, ONG's locais.	18 meses
3. Estabelecer Pacto de Peixe Sustentável em torno das ações do Plano assinado com os municípios da região do Baixo Amazonas.	Coordenação do Plano, Câmaras municipais, Prefeituras, Colônias de Pescadores, STR, ONG's locais, SEDAP & SEMAS, SEDEME.	24 meses
4. Realizar capacitação com as Colônias e Conselhos de Pescadores para discussão e implementação do plano.	Coordenação do Plano, UFOPA, Sapopema, CPP, Colônias de Pescadores, MOPEBAM.	18 meses
5. Realizar Seminário regional anual com os principais atores da cadeia do pescado na região do Baixo Amazonas para avaliação e planejamento das ações em torno do Plano.	Colônias, MOPEBAM, Conselhos de Pesca (CMP), SEDAP, SEMAS, SEMMAS, Secretarias de Pesca e Piscicultura; IBAMA, SAP/MAPA.	Anual
6. Dialogar com o Plano Estadual de Pesca e Aquicultura, para integrar as atividades do Plano do Baixo Amazonas no Plano Estadual.	Coordenação do Plano Estadual, Coordenação do Plano do Baixo Amazonas, MOPEBAM, SEDAP, SEBRAE, SEMAS, SEDEME, SEMMAS e ICMBio.	12 a 36 meses

Organização



Apoio

